

Traduções

Alfred Schütz

A formação de conceitos e teorias nas Ciências Sociais

*Mário A. Eufrásio e José Jeremias de Oliveira Filho**

APRESENTAÇÃO

Mário A. Eufrásio

Alfred Schütz nasceu em Viena em 13 de abril de 1899 numa família de judeus austríacos de classe média alta; teve uma educação primorosa e ao concluir o colégio clássico em 1916, alistou-se no exército austríaco, pelo qual lutou na artilharia, e regressou do *front* poucos dias antes do término da I Guerra Mundial. Iniciou seus estudos na Universidade de Viena, onde teve aulas com Hans Kelsen e se formou em Direito Financeiro em 1921, vindo a freqüentar o Seminário de Economia conduzido por Ludwig von Mises. A partir de 1920 trabalhou em funções de alta gerência e direção financeira de bancos vienenses, vindo a se transferir, com a anexação da Áustria pelos nazistas no poder na Alemanha, para Paris em 1938 e para Nova York em 1939, até se aposentar em 1956. Durante décadas foi, como Edmond Husserl dizia dele brincando: “um homem de negócios durante o dia e um filósofo da corrente fenomenológica à noite”, ao que o próprio Schütz respondia dizendo que era “melhor homem de negócios por ser filósofo e melhor filósofo por ser um homem de negócios”. Casou-se em 1926 com Ilse Heim Schütz, com quem teve dois filhos: Evelyn (1933) e George (1938). A atenção de Schütz foi atraída pelos escritos metodológicos de Max Weber, que lecionou apenas entre abril e julho de 1918 em Viena, mas deixou uma forte e duradoura influência entre os intelectuais. A partir de 1920, seu chamado postulado sociológico da interpretação subjetiva do significado – a compreensão do significado subjetivo que uma ação social tem para o ator – passou a ser uma preocupação constante de Schütz, que acreditava ser possível desenvolver seus fundamentos filosóficos ou metodológicos. Não encontrou nem entre os neokantianos nem na obra de Henri Bergson um caminho para abordar o problema,

* Professores Doutores do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

até deparar com a idéia de uma “fenomenologia da atitude natural” na obra de Husserl, que o levou ao seu primeiro livro, *A Estrutura Significativa do Mundo Social*, de 1932. Nos Estados Unidos, onde continuou sua pesquisa, passou a fazer parte da comissão de redação de *Philosophy and Phenomenological Research* e a partir de 1941 a lecionar na *New School for Social Research* de Nova York. Enquanto preparava mais três livros e a organização dos dois primeiros volumes de seus *Artigos Reunidos*, Alfred Schütz faleceu, em 1959, devido a complicações cardíacas. A importância do artigo aqui traduzido, além da polêmica que estabelece com os empiristas lógicos, então em seu auge, está na sua afirmação da compreensão ou *verstehen* como um método peculiar das ciências sociais e na proposição dos elementos e passos do procedimento do cientista social em sua pesquisa.

A FORMAÇÃO DE CONCEITOS E TEORIAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

“Concepts and Theory Formation in the Social Sciences”. Comunicação apresentada ao 33^a Encontro Semi-Anual da Conferência sobre Métodos em Filosofia e Ciências, Nova York, 3 de maio de 1953. Publicada no volume *Science, Language and Human Rights* (American Philosophical Association, Eastern Division, Vol. 1), Filadélfia, 1952, pp. 43-86¹.

O título do meu *paper* se refere intencionalmente àquele de um Simpósio que ocorreu em dezembro de 1952, no encontro anual da Associação Filosófica Americana². Ernest Nagel e Carl G. Hempel contribuíram com comentários altamente estimulantes sobre o problema envolvido, formulados da maneira cuidadosa e lúcida tão característica desses estudiosos. Seu tema é uma controvérsia que, por mais de meio século, dividiu em duas escolas de pensamento não apenas lógicos e metodólogos, mas também cientistas sociais. Uma sustenta que os métodos das ciências naturais, que levaram a resultados tão promissores, são os únicos científicos e só eles, portanto, devem ser aplicados, na sua totalidade, ao estudo das questões humanas. Foi sustentado que a omissão de tal procedimento impediu que as ciências sociais desenvolvessem sistemas de teoria explicativa comparáveis em precisão àqueles oferecidos pelas ciências naturais e torna discutível o trabalho empírico de teorias desenvolvidas em domínios restritos tais como a economia.

Para a outra escola de pensamento há uma diferença básica entre a estrutura do mundo social e a do mundo natural. Esta colocação levou ao outro extremo, à conclusão de que os métodos das ciências sociais são diferentes *toto coelo* daqueles das ciências naturais. Para defender esta posição se proferiu uma variedade de argumentos. Tem-se sustentado que as ciências sociais são idiográficas, caracterizadas por uma conceituação individualizante e buscando proposições afirmativas singulares, enquan-

¹ As referências ao texto original aparecerão nomeadas pela sigla SLH.

² 33^a Encontro Semi-Anual da Conferência sobre Métodos em Filosofia e Ciências.

to que as ciências naturais são nomotéticas, caracterizadas por uma conceituação generalizante e buscando proposições gerais apodíticas. As últimas têm que lidar com relações constantes de magnitude que podem ser mensuradas e podem realizar experimentos, enquanto que nem a mensuração nem o experimento são praticáveis nas ciências sociais. Em geral, sustenta-se que as ciências naturais têm que lidar com objetos e processos materiais, as ciências sociais, entretanto, com objetos e processos psicológicos e intelectuais e que, portanto, o método das primeiras consiste na explicação e o das segundas na compreensão.

Admite-se que a maior parte desses enunciados, muito generalizadoras, são insustentáveis se examinados mais detalhadamente e isso por inúmeras razões. Alguns proponentes dos argumentos caracterizados acima tinham uma concepção um tanto errônea dos métodos das ciências naturais. Outros estavam inclinados a identificar a situação metodológica de uma ciência social particular com o método das ciências sociais em geral. Porque a história tem que lidar com eventos únicos e não recorrentes, era afirmado que todas as ciências sociais estão restritas a proposições afirmativas singulares. Como experimentos dificilmente são possíveis em antropologia cultural, ignorava-se o fato de que psicólogos sociais podem usar com sucesso experimentos de laboratório, pelo menos até um certo ponto. Finalmente, e esta é a questão mais importante, tais argumentos negligenciam o fato de que um conjunto de regras para o procedimento científico é igualmente válido para todas as ciências empíricas, lidem elas com objetos da natureza ou com atividades humanas. Em ambos os casos, os princípios de inferência controlada e verificação pelos cientistas e os ideais teóricos de unidade, simplicidade, universalidade e precisão prevalecem.

Esse estado de coisas insatisfatório resulta, principalmente, do fato de que o desenvolvimento das modernas ciências sociais ocorreu durante um período em que a ciência da lógica estava preocupada principalmente com a lógica das ciências naturais. Numa espécie de imperialismo monopolista, os métodos dessas últimas eram freqüentemente declarados como sendo os únicos científicos e os problemas particulares que os cientistas sociais encontravam em seu trabalho eram menosprezados. Deixados sem ajuda e orientação na sua revolta contra esse dogmatismo, os estudiosos das atividades humanas tiveram que desenvolver suas próprias concepções do que acreditavam ser a metodologia das ciências sociais. Eles o fizeram sem conhecimento filosófico suficiente e pararam seu esforço quando atingiram um nível de generalização que parecia justificar sua profunda convicção de que o objetivo de sua investigação não podia ser atingido adotando os métodos das ciências naturais sem modificação ou implementação. Não surpreende que seus argumentos sejam freqüentemente mal fundamentados, suas formulações insuficientes e que muitos mal-entendidos ofusquem a controvérsia. Portanto, nossa principal preocupação, a seguir, não é o que os cientistas sociais *disseram*, mas o que *pretendiam dizer*.

Os escritos do falecido Felix Kaufmann³ e as contribuições mais recentes de Nagel⁴ e Hempel⁵ criticaram muitos enganos nos argumentos propostos por cientistas sociais e prepararam o terreno para uma outra abordagem do problema. Vou concentrar-me aqui na crítica do Professor Nagel com respeito à alegação feita por Max Weber e sua escola de

que as ciências sociais buscam “compreender” os fenômenos sociais em termos de categorias “significativas” da experiência humana e que, portanto, a abordagem “funcional causal” das ciências naturais não é aplicável à investigação social. Essa escola, como o Dr. Nagel a vê, sustenta que todo comportamento humano socialmente significativo é uma expressão de estados psíquicos motivados e que, por consequência, o cientista social não pode se satisfazer em ver os processos sociais simplesmente como concatenações de eventos “externamente relacionados”, e que o estabelecimento de correlações, ou mesmo de relações universais de concomitância, não pode ser seu objetivo último. Pelo contrário, ele deve construir “tipos ideais” ou “modelos de motivações”, em termos dos quais busque “compreender” o comportamento social manifesto, imputando móveis de ação aos atores nele envolvidos. Se entendo a crítica do Professor Nagel corretamente, ele sustenta:

1) Que esses móveis de ação não são acessíveis à observação sensorial. Tem sido freqüentemente afirmado, que o cientista social deve, imaginativamente, identificar-se com os participantes e ver a situação com a qual eles se defrontam como os próprios atores a vêem. Certamente, contudo, não precisamos passar pelas experiências psíquicas de outros homens para saber que eles as têm ou para predizer seu comportamento manifesto.

2) Que a imputação de emoções, atitudes e propósitos como uma explicação de um comportamento manifesto é uma hipótese dupla: ela supõe que os agentes participantes de algum fenômeno social estão em certos estados psicológicos; e ela supõe também relações de concomitância definidas entre tais estados, e entre tais estados e o comportamento manifesto. Entretanto, pode ser que nenhum dos estados psicológicos que nós imaginamos possuírem os sujeitos de nosso estudo lhes pertençam em realidade e, mesmo que nossas imputações estivessem corretas, pode ser que nenhuma das ações manifestas que presumivelmente emanam daqueles estados nos pareçam compreensíveis ou racionais.

3) Que nós não “compreendemos” a natureza e as operações dos motivos humanos e sua expressão no comportamento manifesto mais adequadamente do que as relações causais “externas”. Se através de uma explicação significativa afirmamos apenas que uma ação particular é um exemplo de um padrão de comportamento que os seres humanos exibem sob uma variedade de circunstâncias e que, desde que algumas das circunstâncias relevantes sejam realizadas na situação dada, pode-se esperar que uma pessoa manifeste uma certa forma daquele padrão, então não há nenhum abismo separando tais explicações daquelas envolvendo apenas um conhecimento “externo” de conexões causais. É possível obter conhecimento das ações dos homens a partir da evidência fornecida por seu comportamento manifesto, assim como é possível descobrir e conhecer a constituição atômica da água a partir da evidência fornecida pelo comportamento físico e químico.

³ Especialmente em sua *Methodology of the Social Sciences*, New York, 1941.

⁴ SLH, pp. 43-64.

⁵ SLH, pp. 65-86.

co daquela substância. Assim, a rejeição de uma ciência social puramente “objetiva” ou “behaviorista”, pelos que propõem “conexões significativas” como o objetivo das ciências sociais, é injustificada.

Uma vez que terei que discordar das declarações de Nagel e Hempel em várias questões de natureza fundamental, eu me permitiria começar com um breve sumário dos pontos, não menos importantes, sobre os quais eu me acho, de bom grado, em completo acordo com eles. Concordo com o Professor Nagel que todo conhecimento empírico envolve descoberta por meio de processos de inferência controlada e que ele deve ser enunciável em forma proposicional e capaz de ser verificado por quem quer que esteja preparado para fazer essa tentativa através da observação⁶ - ainda que eu não acredite, como o Professor Nagel, que essa observação tenha que ser sensorial, no significado preciso desse termo. Além disso, concordo com ele que em todas as ciências empíricas “teoria” significa a formulação explícita de relações determinadas entre um conjunto de variáveis, em termos das quais uma classe relativamente extensa de regularidades empiricamente verificáveis possam ser explicadas⁷. Também concordo inteiramente com sua afirmação de que nem o fato dessas regularidades terem, nas ciências sociais, uma universalidade bastante restrita, nem o fato delas permitirem predição apenas até uma extensão um tanto limitada, constitua uma diferença básica entre as ciências sociais e as naturais, uma vez que vários ramos dessas últimas apresentam as mesmas características⁸. Como tentarei mostrar adiante, me parece que o professor Nagel compreende mal o postulado de Max Weber da interpretação subjetiva. Não obstante, ele está certo em afirmar que um método que exigisse que o observador científico individual se identificasse com o agente social observado para poder compreender os motivos do último, ou um método que referisse a seleção dos fatos observados e sua interpretação ao sistema de valores privados de um observador particular, só levaria a uma incontrolável imagem privada e subjetiva na mente desse estudioso particular das atividades humanas, mas nunca a uma teoria científica⁹. Mas não sei de nenhum cientista social de peso que jamais advogasse semelhante concepção de subjetividade como a criticada pelo Professor Nagel. Seguramente, essa não era a posição de Max Weber.

Também penso que nossos autores estão impedidos de apreender o ponto de vital interesse para os cientistas sociais por sua filosofia básica de empirismo sensorialista ou do positivismo lógico, que identifica a experiência com a observação sensorial e que supõe que a única alternativa para a observação controlada e, portanto, objetiva e sensorial, é aquela de uma introspecção subjetiva e portanto, incontrolável e inverificável. Certamente este não é o lugar para reavaliar a velha controvérsia relativa às pressuposições ocultas e às suposições metafísicas implícitas dessa filosofia básica. Por outro lado, para justificar minha própria posição, eu teria de tratar detalhadamente certos princípios

⁶ SLH, p. 56.

⁷ SLH, p. 46.

⁸ SLH, pp. 60 e ss.

⁹ SLH, pp. 55-57.

da fenomenologia. Ao invés disso, me proponho a defender algumas proposições um tanto simples.

1) O principal objetivo das ciências sociais é obter conhecimento organizado da realidade social. Pelo termo “realidade social” quero que se entenda a totalidade de objetos e ocorrências dentro do mundo sócio-cultural, como este é experimentado pelo pensamento de senso-comum de homens vivendo suas vidas diárias entre seus semelhantes, associados a eles em múltiplas relações de interação. É o mundo de objetos culturais e instituições sociais no qual todos nós nascemos, dentro do qual nós temos que nos situar e com o qual nós temos que chegar a um acordo. Desde o início, nós, os atores da cena social, experimentamos o mundo em que vivemos como um mundo tanto da natureza como da cultura, não como um mundo privado, mas sim intersubjetivo, ou seja, como um mundo comum a todos nós, ou realmente dado, ou potencialmente acessível a cada um; e isso envolve intercomunicação e linguagem.

2) Todas as formas de naturalismo e empirismo lógico simplesmente aceitam sem discussão essa realidade social, que é o próprio objeto das ciências sociais. Intersubjetividade, interação, intercomunicação e linguagem são simplesmente pressupostas como os fundamentos não esclarecidos dessas teorias. Eles supõem, por assim dizer, que o cientista social já tenha resolvido seu problema fundamental, antes que a investigação científica comece. Certamente, Dewey enfatizou, com uma clareza digna desse eminente filósofo, que toda investigação começa e acaba dentro da matriz sócio-cultural; sem dúvida, o Professor Nagel está inteiramente ciente do fato de que a ciência e seu processo de auto-correção é um empreendimento social¹⁰. Mas o postulado da descrição e explicação do comportamento humano em termos de observação sensorial controlável pára subitamente diante da descrição e explicação do processo pelo qual o cientista *B* controla e verifica as descobertas observacionais do cientista *A* e as conclusões tiradas por ele. Para fazer isso, *B* tem que saber o que *A* observou, qual o objetivo de sua investigação, porque motivo ele achou que valia a pena dar atenção ao fato observado, isto é, porque o achou relevante para o problema científico em questão etc. Esse conhecimento é comumente chamado de compreensão. A explicação de como uma tal compreensão mútua de seres humanos poderia ocorrer é aparentemente deixada para o cientista social. Mas qualquer que fosse sua explicação, uma coisa é certa: tal compreensão intersubjetiva entre o cientista *B* e o cientista *A* não ocorre nem pela observação, por parte do cientista *B*, do comportamento manifesto do cientista *A*, nem por uma introspecção realizada por *B*, tampouco pela identificação de *B* com *A*. Traduzindo esse argumento na linguagem própria de positivismo lógico, isso significa, como Felix Kaufmann¹¹ mostrou, que as assim chamadas proposições protocolares a respeito do mundo físico são de um tipo inteiramente diferente das proposições protocolares a respeito do mundo psicofísico.

¹⁰ SLH, p. 53.

¹¹ Op. cit., p. 126.

3) A identificação da experiência com a observação sensorial em geral e, em particular, com a experiência da ação manifesta (e é isto o que Nagel propõe) exclui inúmeras dimensões da realidade social de toda investigação possível.

a) Mesmo um behaviorismo perfeitamente refinado pode, como foi apontado, por exemplo, por George H. Mead¹², apenas explicar o comportamento do observado, não o do behaviorista que observa.

b) O mesmo comportamento manifesto (digamos, uma cerimônia tribal tal como ela possa ser captada por uma câmera cinematográfica) pode ter um significado inteiramente diferente para os atores. O que interessa ao cientista social é apenas saber se se trata de uma dança de guerra, de uma troca de mercadorias, da recepção de um embaixador amigo ou alguma outra coisa desta natureza.

c) Além do mais, o conceito de ação humana em termos do pensamento do senso comum e das ciências sociais inclui o que pode ser chamado de “ações negativas”, isto é, abstenção intencional de agir¹³ que, certamente, escapa à observação sensorial. Não vender uma certa mercadoria a um preço dado é sem dúvida uma ação tão econômica quanto vendê-la.

d) Além disso, como W. I. Thomas¹⁴ mostrou, a realidade social contém elementos de crenças e convicções que são reais porque são assim definidas pelos participantes e que escapam à observação sensorial. Para os habitantes de Salem, no século XVII, a feitiçaria não era uma alucinação, mas um elemento de sua realidade social e como tal está aberta à investigação pelo cientista social.

e) Finalmente, e este é o ponto mais importante, o postulado da observação sensorial do comportamento humano manifesto toma como modelo um setor particular e relativamente pequeno do mundo social, ou seja, situações nas quais o indivíduo que age é dado ao observador no que é comumente chamado de uma relação face-a-face. Mas existem muitas outras dimensões do mundo social em que situações desse tipo não prevalecem. Se colocamos uma carta na caixa de correio, supomos que indivíduos anônimos, chamados carteiros, realizarão uma série de manipulações, desconhecidas e inobserváveis por nós, com o efeito de que o destinatário, possivelmente também desconhecido por nós, receberá a mensagem e reagirá de um modo que também escapa à nossa observação sensorial; e o resultado de tudo isso é que nós recebemos o livro que encomendamos. Ou, se eu leio um editorial afirmando que a França teme o rearmamento da Alemanha, sei perfeitamente bem o que essa informação significa, sem conhecer o editorialista e mesmo sem conhecer um francês ou um alemão, sem muito menos observar seu comportamento manifesto.

Os homens têm conhecimento dessas várias dimensões do mundo social no qual eles vivem em termos do pensamento de senso comum da vida cotidiana. Certamente,

¹² *Mind, Self and Society*, Chicago, 1937.

¹³ Ver Max Weber, *The Theory of Social and Economic Organization*, traduzido por A. M. Henderson e Talcott Parsons, New York, 1947, p. 88.

¹⁴ Ver W. I. Thomas, *Social Behavior and Personality*, editado por E. H. Volkart, N. York, 1951, p. 81 [originalmente publicado in: W. I. Thomas & D. S. Thomas, *The Child in America*, Knopf, N. York, 1928, p. 572].

esse conhecimento não é apenas fragmentário, uma vez que ele é restrito, principalmente, a determinados setores desse mundo; ele é também freqüentemente inconsistente em si mesmo e mostra todos os graus de clareza e nitidez desde o “*insight*” completo ou “conhecimento a respeito de”, como James¹⁵ o chamou, passando pelo “conhecimento direto” ou a mera familiaridade, até a crença cega em coisas, que se consideram assentadas. A este respeito há diferenças consideráveis de indivíduo para indivíduo e de grupo social para grupo social. Contudo, a despeito de todas estas inadequações, o conhecimento de senso comum da vida cotidiana é suficiente para se chegar a um entendimento com nossos semelhantes, objetos culturais e instituições sociais – em suma, com a realidade social. Isso se dá dessa forma porque o mundo (tanto o natural quanto o social) é, desde o início, um mundo intersubjetivo e porque, como será apontado mais tarde, nosso conhecimento sobre ele é, de várias maneiras, socializado. Além do mais, o mundo social é experimentado desde o início como significativo. O corpo do Outro não é experimentado como um organismo, mas como um semelhante, sendo o seu comportamento manifesto não como uma ocorrência no espaço-tempo do mundo externo, mas como a ação de nosso semelhante. Nós normalmente “sabemos” o que o Outro faz, porque razão ele o faz e porque ele o faz nesse momento particular e nestas circunstâncias particulares. Isso significa que nós experimentamos a ação de nosso semelhante em termos de seus motivos e objetivos. E da mesma forma, nós experimentamos os objetos culturais em termos da ação humana da qual eles são o resultado. Um instrumento, por exemplo, não é experimentado como uma coisa no mundo externo (que, certamente, ele também é) mas em termos da finalidade para a qual ele foi designado por indivíduos mais ou menos anônimos e seu possível uso por outros.

O fato de que no pensamento de senso comum nós aceitamos como verdadeiro nosso conhecimento atual ou potencial do significado das ações humanas e seus produtos é, eu sugiro, precisamente o que os cientistas sociais querem expressar quando falam de compreensão ou *Verstehen* como uma técnica de lidar com as atividades humanas. A *Verstehen* é, assim, principalmente, não um método usado pelo cientista social, mas a forma particular de experiência pela qual o pensamento de senso comum toma conhecimento do mundo sócio-cultural. Nada tem a ver com introspecção; é um resultado de processos de aprendizagem ou aculturação, do mesmo modo que a experiência de senso comum do chamado mundo natural. Além do mais, a *Verstehen* não é, de modo algum, uma atividade privada do observador que não possa ser controlada pelas experiências de outros observadores. Ela é controlável ao menos na mesma medida em que as percepções sensoriais particulares de um indivíduo são controláveis por qualquer outro indivíduo sob certas condições. Basta pensar na discussão de um júri sobre se o acusado mostrou “malícia premeditada” ou “intenção” ao matar uma pessoa, se ele era capaz de saber as conseqüências de seu ato etc. Aqui temos até mesmo certas “regras de procedimento” fornecidas pelas “regras de evidência” no sentido jurídico e um tipo de verificação das

¹⁵ *Principles of Psychology*, vol. I, pp. 221 e ss.

descobertas que resulta de processos de *Verstehen* pelo Tribunal de Apelação etc. Além do mais, predições baseadas na *Verstehen* são continuamente feitas no pensamento de senso comum com grande sucesso. Há mais do que uma chance razoável de que uma carta devidamente selada e endereçada, posta numa caixa de correio de Nova York, chegará ao destinatário em Chicago.

No entanto, tanto defensores quanto críticos do processo da *Verstehen* sustentam, e com boa razão, que a *Verstehen* é “subjativa”. Infelizmente, porém, esse termo é usado, por cada um dos lados num sentido diferente. Os críticos da compreensão a chamam de subjativa porque sustentam que a compreensão dos motivos da ação de outro homem depende da intuição privada, incontrollável e inverificável do observador, ou se refere ao seu sistema de valores particular. Entretanto, os cientistas sociais, tais como Max Weber, chamam a *Verstehen* de subjativa porque seu propósito é descobrir qual o “significado” visado pelo ator em sua ação, em contraste com o significado que essa ação tem para o parceiro do ator ou para um observador neutro. Essa é a origem do famoso postulado da interpretação subjativa de Max Weber, que será comentado a seguir. Toda a discussão deixa de distinguir claramente entre a *Verstehen*: (1) como a forma de experiência do conhecimento do senso comum das atividades humanas, (2) como um problema epistemológico, e (3) como um método peculiar das ciências sociais.

Até aqui nos concentramos sobre a *Verstehen* como a maneira pela qual o pensamento do senso comum encontra seu apoio no mundo social e chega a um acordo com ele. E no que diz respeito à questão epistemológica: “como semelhante compreensão ou *Verstehen* é possível?”. Fazendo alusão ao que Kant dissera, em outro contexto, sugiro que é um “escândalo da filosofia” que até agora uma solução satisfatória ao problema do nosso conhecimento de outras mentes e, ligado a ele, ao da intersubjetividade de nossa experiência do mundo natural bem como do mundo sócio-cultural, não tenha sido encontrada e que até bem recentemente esse problema tenha escapado inclusive à atenção dos filósofos. Mas a solução desse difícil problema de interpretação filosófica é uma das primeiras coisas tomadas por garantidas em nosso pensamento de senso comum e praticamente resolvida sem qualquer dificuldade em cada uma de nossas ações cotidianas. E já que os seres humanos nascem de suas mães, e não preparados em provetas, a experiência da existência de outros seres humanos e do significado de suas ações é, certamente, a primeira e a mais original observação empírica que o homem faz.

Por outro lado, filósofos tão diferentes como James, Bergson, Dewey, Husserl e Whitehead concordam que o conhecimento de senso comum da vida cotidiana é o pano de fundo não questionado, mas sempre questionável, dentro do qual a investigação tem início e dentro do qual, exclusivamente, pode ser levada a cabo. É esse *Lebenswelt*, como Husserl o chama, no qual, de acordo com ele, se originam todos os conceitos científicos e mesmo lógicos; é a matriz social dentro da qual, de acordo com Dewey, emergem situações obscuras, que devem ser transformadas em asserções garantidas pelo processo de investigação; e Whitehead assinalou que a meta da ciência é produzir uma teoria que concorde com a experiência, explicando os objetos ideais [*thought-objects*] construídos pelo pensamento de senso comum, através de constru-

ções mentais ou objetos ideais da ciência¹⁶. Pois todos esses pensadores concordam que qualquer conhecimento do mundo, tanto no senso comum como na ciência, envolve construções mentais, sínteses, generalizações, formalizações e idealizações, específicas ao respectivo nível de organização de pensamento. O conceito de Natureza, por exemplo, com o qual lidam as ciências naturais é, como mostrou Husserl, uma abstração idealizada do *Lebenswelt*, uma abstração que, por princípio e naturalmente de maneira legítima, exclui as pessoas com sua vida pessoal e todos os objetos da cultura que se originam enquanto tais na atividade prática humana. Contudo, exatamente este estrato do *Lebenswelt*, do qual as ciências naturais têm que fazer suas abstrações, é a realidade social a ser investigada pelas ciências sociais.

Este *insight* lança uma luz a certos problemas metodológicos peculiares às ciências sociais. Para começar, parece que a suposição – de que a estrita adoção dos princípios de formação de conceitos e teorias predominantes nas ciências naturais conduzirão a um conhecimento confiável da realidade social – é, em si mesma, inconsistente. Se uma teoria pode ser desenvolvida com base nesses princípios, digamos, na forma de um behaviorismo perfeitamente refinado – e certamente isso é possível de se imaginar – então ela não nos dirá nada sobre a realidade social tal como é experimentada pelos homens, em sua vida cotidiana. Como o próprio professor Nagel admite¹⁷, será altamente abstrata, e seus conceitos serão aparentemente afastados das características óbvias e familiares encontradas em qualquer sociedade. Por outro lado, uma teoria que vise a explicar a realidade social tem que desenvolver recursos particulares diferentes dos da ciência natural, a fim de concordar com a experiência de senso comum do mundo social. Na verdade, é isso o que têm feito todas as ciências teóricas das atividade humanas: a economia, a sociologia, as ciências do direito, a lingüística, a antropologia cultural etc.

Esse estado de coisas se fundamenta no fato de que existe uma diferença essencial na estrutura dos objetos de pensamento ou construtos mentais formados pelas ciências sociais e aqueles formados pelas ciências naturais¹⁸. Cabe ao cientista natural, e somente a ele, definir, de acordo com as regras de procedimento de sua ciência, seu campo observacional e determinar os fatos, dados e eventos nele que são relevantes ao seu problema ou ao propósito científico em questão. Nem esses fatos e eventos são pré-selecionados, nem é seu campo observacional antecipadamente interpretado. O mundo da natureza, tal como explorado pelo cientista natural, não “significa” nada para as moléculas, os átomos e os elétrons. Mas o campo observacional do cientista social – a realidade social – tem uma estrutura específica de significado e relevância para os seres humanos que dentro dele vivem, agem e pensam. Através de uma série de construções de

¹⁶ Ver *Common-Sense and Scientific Interpretation of Human Action*, pp. 3 e ss. (Nota de Maurice Natanson [in: Alfred Schütz, *The Problem of Social Reality* (Collected Papers, vol. 1), Martinus Nijhoff, Haia, (1962) 1970]).

¹⁷ SLH, p. 63.

¹⁸ Alguns dos pontos tratados a seguir são apresentados de maneira mais elaborada em “*Common-Sense and Scientific Interpretation of Human Action*”.

senso comum, eles pré-selecionaram e pré-interpretaram esse mundo que experimentam como a realidade de suas vidas cotidianas. São esses seus objetos ideais que determinam seu comportamento, motivando-o. Os objetos ideais construídos pelo cientista social, a fim de apreender essa realidade social, têm que ser fundamentados sobre os objetos ideais construídos pelo pensamento de senso comum dos homens, vivendo sua vida diária no interior de seu mundo social. As construções das ciências sociais são, digamos assim, construções de segundo grau, quer dizer, construções das construções elaboradas pelos atores no cenário social, cujo comportamento o cientista social tem que observar e explicar de acordo com as regras de procedimento de sua ciência.

Assim, a exploração dos princípios gerais de acordo com os quais o homem na vida diária organiza suas experiências, e especialmente aquelas do mundo social, é a primeira tarefa da metodologia das ciências sociais. Não cabe aqui traçar os procedimentos de uma análise fenomenológica da chamada atitude natural, pela qual isso pode ser feito. Mencionaremos, de maneira sucinta, somente alguns dos problemas envolvidos.

Como Husserl mostrou, o mundo é experimentado desde o início no pensamento pré-científico da vida diária de maneira tipificada. Os objetos e eventos únicos dados a nós sob um aspecto único são únicos dentro de um horizonte de familiaridade típica e pré-convivência. Existem montanhas, árvores, animais, cachorros – em particular cães perdigueiros e, entre esses, meu cão perdigueiro Rover. Ora, eu posso olhar para Rover tanto como esse indivíduo único, meu amigo e camarada insubstituível, ou ainda como um típico exemplo de “cão perdigueiro”, “cachorro”, “mamífero”, “animal”, “organismo”, ou simplesmente “objeto do mundo exterior”. Partindo daí pode-se mostrar que, quer eu olhe de uma ou outra maneira, e também a quais qualidades ou características de um evento ou objeto dado, eu considere como individualmente únicas e a quais como típicas, depende de meu interesse real e do sistema de relevâncias envolvido – em suma, depende do meu “problema em questão”, prático ou teórico. Por outro lado, esse “problema em questão” se origina naquelas circunstâncias em que me encontro em qualquer momento da minha vida diária, e que eu proponho chamar de minha situação biograficamente determinada. Assim, a tipificação depende do meu problema em questão, para cuja definição e solução foi formado o tipo. Além disso, pode-se mostrar que pelo menos um aspecto dos sistemas de interesses e relevâncias, situacional e biograficamente determinados, é subjetivamente experimentado no pensamento da vida cotidiana como sistemas de motivos para a ação, de escolhas a serem feitas, de projetos a serem realizados e de metas a serem atingidas. É este *insight* do ator na dependência dos motivos e metas de suas ações, numa situação biograficamente determinada, que os cientistas sociais têm em vista quando falam do significado subjetivo que o ator “confere” ou “associa” à sua ação. Estritamente falando, isso implica que o ator, e somente ele, sabe o que faz, por que o faz e quando e onde sua ação começa e termina.

Mas o mundo da vida cotidiana é inicialmente também um mundo sócio-cultural, no qual estou relacionado em múltiplas maneiras de interação com outros homens, meus semelhantes, conhecidos por mim em variados graus de intimidade e anonimato. Até certo ponto, suficiente para muitos propósitos práticos, compreendo o comporta-

mento deles se compreender seus motivos, metas, escolhas e planos, originados em *suas* circunstâncias biograficamente determinadas. Entretanto, somente em situações particulares, e então apenas de maneira fragmentária, eu posso experimentar os motivos, metas etc. dos Outros – em suma, os significados subjetivos que conferem a suas ações, em sua singularidade. Posso, contudo, experimentá-los em sua tipicidade. Para isso construo padrões típicos dos motivos e fins dos atores, e até mesmo de suas atitudes e personalidades, dos quais sua conduta atual é somente um caso ou exemplo. Por outro lado, esses padrões tipificados do comportamento dos Outros tornam-se os motivos de minhas próprias ações e isso leva ao fenômeno da auto-tipificação, conhecido pelos cientistas sociais sob os mais variados nomes.

Aqui, no pensamento de senso comum da vida cotidiana, se encontra a origem dos assim chamados tipos construídos ou tipos ideais, um conceito que, como instrumento das ciências sociais, foi analisado pelo Professor Hempel de maneira tão lúcida. Mas, pelo menos no nível do senso comum, a formação desses tipos não envolve nem intuição nem uma teoria, se entendemos esses termos no sentido das afirmações de Hempel¹⁹. Como veremos, existem também outras espécies de tipos ideais ou construídos, aqueles formados pelo cientista social, que têm estrutura bastante diferente e realmente envolvem uma teoria. Mas Hempel não distinguiu entre os dois tipos.

Em seguida, temos que considerar que o conhecimento de senso comum da vida cotidiana é, desde o início, socializado em muitos aspectos.

Em primeiro lugar, ele é estruturalmente socializado, uma vez que se baseia na idealização fundamental de que se eu tivesse que trocar de lugar com meu semelhante, experimentaria o mesmo setor do mundo substancialmente nas mesmas perspectivas em que ele o faz, considerando-se nossas circunstâncias biográficas particulares irrelevantes para todos os propósitos práticos em questão. Proponho chamar essa idealização de reciprocidade de perspectivas²⁰.

Segundo, ele é geneticamente socializado, porque a maior parte de nosso conhecimento, no tocante ao seu conteúdo e formas particulares de tipificação sob as quais ele é organizado, é socialmente derivado, e isso em termos socialmente aprovados.

E em terceiro, ele é socializado no sentido da distribuição social do conhecimento. Cada indivíduo conhece somente um setor do mundo e o conhecimento comum do mesmo setor varia individualmente quanto a seu grau de distinção, clareza, familiaridade ou mera crença.

Esses princípios de socialização do conhecimento de senso comum, e especialmente aquele da distribuição social do conhecimento, explicam, pelo menos parcialmente, o que o cientista social tem em mente quando fala na abordagem estrutural-funcional nos estudos das questões humanas. O conceito de funcionalismo – ao menos nas ciências sociais modernas – não deriva do conceito biológico do funcionamento de um organismo, como sustenta Nagel. Refere-se aos construtos socialmente distribuídos dos padrões

¹⁹ SLH, pp. 76 e ss. e 81.

²⁰ Ver “Common-Sense and Scientific Interpretation of Human Action”, pp. 11 e ss. (M. N.).

típicos de motivos, metas, atitudes, personalidades, que se supõe serem invariantes e que são, então, interpretados como função ou estrutura do próprio sistema social. Quanto mais esses padrões de comportamento entrelaçados são padronizados e institucionalizados, isto é, quanto mais sua tipicidade é socialmente aprovada por leis, *folkways*, costumes e hábitos, maior é sua utilidade no pensamento científico e no senso comum como um esquema de interpretação do comportamento humano.

Esses são, aproximadamente, os contornos de algumas das principais características dos construtos envolvidos na experiência de senso comum do mundo intersubjetivo na vida diária, o que é chamado de *Verstehen*. Como expliquei antes, eles são os construtos de primeiro nível sobre os quais os construtos de segundo nível das ciências sociais têm que ser erguidos. Mas aqui aparece um problema importante. De um lado, mostrou-se que as construções de primeiro nível, as do senso comum, referem-se a elementos subjetivos, ou seja, à *Verstehen* que o ator tem de sua própria ação, a partir de seu ponto de vista. Em consequência, se as ciências sociais visam realmente à explicação da realidade social, então as construções científicas de segundo nível também devem incluir uma referência ao significado subjetivo que uma ação tem para o ator. Penso que é isso o que Max Weber entendeu como o seu famoso postulado da interpretação subjetiva, o que na realidade tem sido observado, até agora, na formação da teoria de todas as ciências sociais. O postulado da interpretação subjetiva tem que ser entendido no sentido de que toda explicação científica do mundo social *pode*, e para certos propósitos *deve*, referir-se ao significado subjetivo das ações dos seres humanos, do qual se origina a realidade social.

Por outro lado, concordo com a afirmação do Professor Nagel de que as ciências sociais, como todas as ciências empíricas, têm que ser objetivas, no sentido de que suas proposições estão sujeitas à verificação controlada e não devem referir-se à experiência privada não controlável.

Como é possível conciliar esses princípios aparentemente contraditórios? Na verdade, a questão mais séria que a metodologia das ciências sociais tem que responder é: como é possível formar conceitos objetivos e uma teoria objetivamente verificável de estruturas de significados subjetivos? O *insight* básico, de que os conceitos formados pelos cientistas sociais são construções de construções formadas no pensamento de senso comum, pelos atores no cenário social, oferece uma resposta. Os construtos científicos formados no segundo nível, de acordo com as regras de procedimento válidas para todas as ciências empíricas, são construtos típico-ideais objetivos e, como tais, são de natureza diferente daqueles desenvolvidos no primeiro nível, do pensamento de senso comum, que devem superar. São sistemas teóricos que incorporam hipóteses gerais testáveis, no sentido em que as definiu o professor Hempel²¹. Esse recurso tem sido usado pelos cientistas sociais interessados pela teoria antes mesmo desse conceito ter sido formulado por Max Weber e desenvolvido por sua escola.

²¹ SLH, pp. 77 e ss.

Antes de descrever algumas características dessas construções científicas, vamos considerar brevemente a atitude particular do cientista social teórico em relação ao mundo social, em oposição àquela do ator no cenário social. O cientista teórico – enquanto cientista, não enquanto ser humano (o que ele também é) – não está envolvido na situação observada, que não é para ele de interesse prático, mas meramente de interesse cognitivo. O sistema de relevâncias que governa a interpretação de senso comum na vida diária se origina na situação biográfica do observador. Ao decidir tornar-se um cientista, o cientista social substituiu sua situação biográfica pessoal por aquilo que chamarei, segundo Felix Kaufmann²², de situação científica. Os problemas com os quais ele tem que lidar podem não ser problemáticos para o ser humano dentro do mundo e vice-versa. Qualquer problema científico é determinado pelo estado real da respectiva ciência e sua solução tem que ser alcançada de acordo com as regras de procedimento que governam essa ciência, que entre outras coisas garantem o controle e a verificação da solução oferecida. Uma vez estabelecido, somente o problema científico determina o que é relevante para o cientista, bem como o esquema conceitual de referência a ser utilizado por ele. Parece-me ser isso, e nada mais, o que Max Weber quer dizer quando postula a objetividade das ciências sociais, seu desligamento dos padrões de valores que governam, ou poderiam governar, o comportamento dos atores no cenário social.

Como procede o cientista social? Ele observa certos fatos e eventos da realidade social referentes à ação humana e constrói padrões de comportamento típico ou padrões de cursos de ação, a partir do que ele observou. Daí, ele coordena a esses padrões de cursos de ação típicos modelos de um ator ou de atores ideais, os quais ele imagina serem dotados de consciência. Contudo, é uma consciência restrita, de maneira que só contenha os elementos relevantes ao desempenho dos padrões de curso de ação observados. Assim, ele atribui a essa consciência fictícia um conjunto de noções, propósitos e metas típicos, que se supõe serem invariantes na consciência plausível do modelo de ator imaginário. Presume-se que este homúnculo ou marionete esteja inter-relacionado, através de padrões de interação, a outros homúnculos ou marionetes construídos de maneira semelhante. Os conjuntos de motivos, metas, papéis – em suma, os sistemas de relevância – são distribuídos entre esses homúnculos com os quais o cientista social povoa seu sistema de mundo social da vida cotidiana, da maneira que os problemas científicos sob exame exigem. Não obstante – e este é o ponto principal – essas construções não são de maneira alguma arbitrárias. Elas estão sujeitas ao postulado da consistência lógica e ao postulado da adequação. Este último significa que cada termo em tal modelo científico da ação humana deve ser construído de tal maneira que um ato humano desempenhado no mundo real por um ator individual, tal como indicado pela construção típica, seria compreensível tanto para o próprio ator quanto para seus parceiros, em termos da interpretação de senso comum da vida cotidiana. A concordância com o postulado da consistência lógica garante a validade objetiva dos objetos ideais, construídos pelo cientista

²² Op. cit., pp. 52 e 251.

social; a concordância com o postulado da adequação garante a compatibilidade daqueles objetos ideais com as construções da vida cotidiana²³.

Como próximo passo, as circunstâncias nas quais tal modelo opera podem ser variadas, ou seja, a situação com que os homúnculos têm de se defrontar pode ser imaginada como tendo sofrido mudança, mas não o conjunto de motivos e relevâncias que se supõe serem o único conteúdo de sua consciência. Posso, por exemplo, construir um modelo de um produtor que age sob condições de competição não regulada, e outro de um produtor que age sob restrições de um cartel, e então comparar o rendimento da mesma mercadoria da mesma firma, nos dois modelos²⁴. Dessa maneira, é possível prever como um tal marionete ou sistema de marionetes se comportaria sob certas condições e descobrir certas “relações determinadas entre um conjunto de variáveis, em cujos termos (...) regularidades empiricamente determináveis (...) podem ser explicadas”. Contudo, essa é a definição de teoria do Professor Nagel²⁵. Pode-se ver facilmente que cada passo envolvido na construção e no uso do modelo científico pode ser verificado por observação empírica, contanto que não se restrinja este termo a percepções sensoriais de objetos e eventos do mundo exterior, mas se inclua a forma de experiência, pela qual o pensamento de senso comum na vida cotidiana compreende as ações humanas e seu resultado, em termos dos seus motivos e metas subjacentes.

Duas breves conclusões podem ser tiradas. Em primeiro lugar, um conceito chave da posição filosófica básica do naturalismo é o assim chamado princípio de continuidade, embora se discuta se tal princípio significa continuidade de existência ou de análise, ou ainda de um critério intelectual de *checks upon* ou checagens pertinentes dos métodos empregados²⁶. Parece-me que esse princípio de continuidade, em cada uma dessas diversas interpretações, é realizado através do recurso característico das ciências sociais, que igualmente estabelece a continuidade entre a prática da vida cotidiana e a conceituação das ciências sociais.

Em segundo lugar, uma palavra sobre o problema da unidade metodológica das ciências empíricas. Parece-me que o cientista social pode concordar com o enunciado de que as principais diferenças entre as ciências sociais e as naturais não têm que ser procuradas numa lógica diferente que governa cada ramo do conhecimento. Mas isso não nos leva a admitir que as ciências sociais têm que abandonar seus instrumentos particulares usados para explorar a realidade social, em nome de uma unidade ideal de métodos que se fundamenta numa suposição inteiramente desprovida de garantia de que somente os métodos usados pelas ciências naturais, e especialmente pela física, são científicos. Pelo que sei, até agora nenhuma tentativa séria jamais foi feita pelos proponentes do movimento da “unidade da ciência” no sentido de responder ou mesmo colocar a questão de

²³ Ver “Common-Sense and Scientific Interpretation of Human Action”, pp. 43 e ss. (M. N.).

²⁴ Ver Fritz Machlup, *The Economics of Seller's Competition: Model Analysis of Seller's Conduct*, Johns Hopkins, Baltimore, 1952, pp. 9 e ss.

²⁵ SLH, p. 46; ver também supra, pp. 3-5 [neste texto].

²⁶ Ver Thelma Z. Lavine, “Note to Naturalists on the Human Spirit”, *Journal of Philosophy*, vol. L, 1953, pp. 145-154 e a resposta de Ernest Nagel, *ibid.*, pp. 154-157 [e tréplica de Lavine, *ibid.*, pp. 157-61].

se o problema metodológico das ciências naturais em seu estágio presente não é meramente um caso especial do problema mais amplo, ainda inexplorado, de como o conhecimento científico é possível e quais são suas pressuposições lógicas e metodológicas. Minha convicção pessoal é de que a filosofia fenomenológica preparou o terreno para tal investigação. É bem possível que seu resultado venha a mostrar que os recursos metodológicos particulares desenvolvidos pelas ciências sociais para captar a realidade social se ajustam melhor do que os das ciências naturais para conduzir à descoberta dos princípios gerais que governam todo o conhecimento humano.

Recebido para publicação em 20 de novembro de 2007
Aprovado em 11 de fevereiro de 2008

A Comissão Editorial da Plural registra aqui seu agradecimento ao Prof. Dr. Mário A. Eufrásio que muito gentilmente doou seu exemplar da primeira edição da revista para a composição do arquivo de publicações.